



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MOISÉS FILHO DE SOUSA GUAJAJARA

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA NA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ –
MA

Imperatriz – MA
2023

MOISÉS FILHO DE SOUSA GUAJAJARA

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA NA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ –
MA**

Monografia apresentada a Universidade Federal do
Maranhão – UFMA Polo Grajaú - MA como requisito
obrigatório para conclusão do curso de Licenciatura
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Cristina Torres da Silva
Ferreira

FOLHA DE APROVAÇÃO

MOISÉS FILHO DE SOUSA GUAJAJARA

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA NA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ – MA

Trabalho aprovado em: 08 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Cristina Torres da Silva Ferreira (Orientadora)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Vicente Marques de Castro Neto (Avaliador)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Manoel Pinto Santos (Avaliador)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

GUAJAJARA, MOISÉS FILHO DE SOUSA.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA NA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ
MA / MOISÉS FILHO DE SOUSA GUAJAJARA. - 2023.

37 p.

Orientador(a): Cristina Torres da Silva FERREIRA.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Aldeia Bacurizinho. 2. Ensino Fundamental. 3.
Escola Indígena. I. FERREIRA, Cristina Torres da Silva.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro ao bom Deus que é o dono da vida e nos permite viver e estudar para evoluir culturalmente.

Agradeço a minha esposa e meus filhos, razão da minha luta por estar cada vez mais me capacitando para ser um exemplo para eles.

Aos meus familiares muito unidos e favoráveis aos meus estudos durante todo o correr deste curso de Pedagogia.

Aos colegas indígenas e não indígenas que estudaram junto comigo.

Ao Professor José Batista de Oliveira em memória por sua grande contribuição com sua paciência e capacidade de ensinar sobre metodologia para ser possível eu realizar as pesquisas necessárias para criar esta monografia de fim de curso mais ciente do que seja métodos de pesquisa científica. Obrigado nosso eterno professor!

A Coordenadora Local do Parfor em Grajaú e Professora Cristina Torres que sempre esteve no nosso lado nos apoiando, tirando dúvidas e nos assistindo no que precisávamos para não desistir deste curso e ainda mais por me adotar como orientando, pois após a partida do Professor José Batista seguiu me orientando e aqui estou com gratidão.

A todos os professores deste curso, obrigado.

A todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram ao longo deste curso, muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho é referente aos estudos realizados acerca da educação escolar indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental numa escola da Aldeia Bacurizinho que fica localizada na Terra Indígena Bacurizinho na cidade de Grajaú do Maranhão. O trabalho de pesquisa buscará responder a seguinte problemática: como se desenvolve a educação escolar indígena em uma escola da Aldeia Bacurizinho em Grajaú – MA? Nesse sentido o objetivo geral buscou analisar sobre a importância da educação escolar indígena específica em uma escola indígena da Aldeia Bacurizinho em Grajaú -MA, com os objetivos específicos: Conhecer as políticas educacionais para a educação escolar indígena par aos anos iniciais do ensino fundamental; Identificar como ocorre o ensino nos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola da Aldeia Bacurizinho; Conhecer quais as perspectivas e os desafios do trabalho nos anos iniciais para os professores sujeitos da pesquisa. A pesquisa de abordagem qualitativa de natureza descritiva empregada para atingir os objetivos baseou-se em inicialmente em pesquisa bibliográfica a qual contou-se com alguns autores, dentre eles: Cavalcanti (2003), Candau (2016) Grupioni (2008) e Honorato (2012) e documentos legais, dentre outros. Posteriormente a pesquisa de campo em uma escola localizada na Aldeia Bacurizinho no município de Grajaú, através de entrevistas com três professores da escola, os quais foram convidados utilizando como critério, serem professores da escola e aceitarem participar da pesquisa de campo. E, os resultados pontam que se trata de professores indígenas que lecionam tanto na língua Portuguesa por isso favorecer as crianças em seus estudos escolar futuro e, na língua tupi por ser importante e, legal preservar os costumes e a cultura dos Guajajara mesmo dentro das escolas.

Palavras-chave: Escola Indígena. Ensino Fundamental. Aldeia Bacurizinho.

ABSTRACT

The present work refers to studies carried out on indigenous school education in the early years of elementary school in a school in Aldeia Bacurizinho, which is located in the Bacurizinho Indigenous Land in the city of Grajaú do Maranhão. The research work will seek to answer the following problem: how does indigenous school education develop in a school in Aldeia Bacurizinho in Grajaú – MA? In this sense, the general objective sought to analyze the importance of specific indigenous school education in an indigenous school in Aldeia Bacurizinho in Grajaú -MA, with the specific objectives: Knowing the educational policies for indigenous school education for the initial years of elementary school; Identify how teaching occurs in the early years of elementary school at a school in Aldeia Bacurizinho; Know the perspectives and challenges of work in the initial years for the teachers who are the subjects of the research. The research with a qualitative approach of a descriptive nature used to achieve the objectives was initially based on bibliographical research which included some authors, among them: Cavalcanti (2003), Candau (2016) Grupioni (2008) and Honorato (2012) and legal documents, among others. Subsequently, field research was carried out in a school located in Aldeia Bacurizinho in the municipality of Grajaú, through interviews with three teachers from the school, who were invited using the criteria of being teachers at the school and accepting to participate in the field research. And, the results show that these are indigenous teachers who teach both in the Portuguese language because it favors children in their future school studies and in the Tupi language because it is important and legal to preserve the customs and culture of the Guajajara even within the schools.

Keywords: Indigenous School. Elementary School. Bacurizinho Village.

SUMÁRIO

INTORDUÇÃO.....	7
1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DAS CONSIDERAÇÕES TEORICAS E LEGAIS NOS ANOS INCIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL AO UNIVERSO DA PESQUISA	9
1.1 Considerações Históricas e Legais da Educação Escolar Indígena no Brasil	9
1.2 Educação escolar indígena nos anos iniciais do ensino fundamental	15
1.3 História da Terra Indígena e Aldeia Bacurizinho no município de Grajaú – MA.....	17
2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ – MA.....	22
2.1 Resultados e discussões	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30
APENDICES	33

INTORDUÇÃO

A educação, como direito fundamental, de natureza social, tem por objetivo atender a todos sem distinção de classe, cor, raça, credo ou religião. Mas a educação no cenário brasileiro apesar de ser um direito ainda se apresenta com muitas deficiências, apesar da difusão da inclusão.

As populações indígenas diferenciam educação indígena de educação escolar indígena: a educação indígena é responsável pela aquisição das tradições, costumes e dos saberes específicos da etnia a qual o indivíduo pertence; enquanto a educação escolar indígena unir-se aos conhecimentos tradicionais e garante o acesso aos códigos escolares não indígenas. Ademais, a formação da consciência da cidadania e a capacidade de reformulação de estratégias de resistência, a apropriação das estruturas da sociedade não indígena, e também a adaptação de novos conhecimentos úteis para a melhoria da condição de vida dos indígenas os quais fazem parte discussões relativas à educação escolar indígena (GONÇALVES; MELLO, 2009). Esta pesquisa visa contribuir para a reflexão de seu objeto de estudo investigado criticamente.

Este trabalho tem como tema “A Educação Escolar Indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Aldeia Bacurizinho no município de Grajaú – MA”. A escolha do tema partiu de uma inquietação que surgiu durante as aulas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. Mas, precisamente nas disciplinas relacionadas à Educação Infantil, das relações Étnico-racial e nas discussões dentro de sala de aula. Bem como, as vivências adquiridas durante o exercício profissional, primeiramente por ser indígena da etnia Guajajara, professor da educação básica e perceber que a educação Escolar Indígena é muito importante, pois, busca na educação escolar a aquisição do conhecimento, sem deixar emudecidos seus costumes e valores tradicionais, iniciando a partir da vida escolar das crianças indígenas.

Com base no que foi explicitado o trabalho buscará responder a seguinte problemática: como se desenvolve a educação escolar indígena em uma escola da Aldeia Bacurizinho em Grajaú – MA? Neste sentido o objetivo geral buscou analisar sobre a importância da educação escolar indígena específica em uma escola da Aldeia Bacurizinho em Grajaú – MA, com os objetivos específicos: Conhecer as políticas educacionais para a educação escolar indígenas nos anos iniciais do

ensino fundamental; Identificar como ocorre o ensino nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da Aldeia Bacurizinho; Pesquisar junto aos professores as perspectivas e os desafios do trabalho nos anos iniciais da educação fundamental para os professores de uma escola da Aldeia Bacurizinho.

Quanto aos procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa, inicialmente se deu um levantamento bibliográfico, pois conforme Fonseca (2002, p.32) “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Assim, o levantamento bibliográfico realizou-se com base em autores como: Candau (2016); Silva (2015); Rodrigues (2014); Vieira (2015); Honorato (2012), dentre outros.

Posteriormente, fez-se necessário a pesquisa de campo em uma Escola localizada na Aldeia Bacurizinho no Município de Grajaú, tendo em vista que de acordo com Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, conseqüentemente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica, com o objetivo de compreender e explicar o problema pesquisado.

Utilizou-se entrevista com roteiro de perguntas abertas e fechadas, direcionadas a três professores da Escola, os quais foram convidados para a entrevista, utilizando como critério serem professores da Escola e aceitarem participar da pesquisa. Tendo em vista que a pesquisa nos dar coesão do problema investigado. Segundo Gil (2007, p.17), “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Assim, esse trabalho se organiza inicialmente com a Introdução apresentando o tema da pesquisa abordada, a relevância e os objetivos e a metodologia. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica e o segundo capítulo apresenta a pesquisa de campo, apresentando a Educação Escolar Indígena nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola da Aldeia Bacurizinho em Grajaú – MA, desde o percurso metodológico à análise e discussão dos resultados da pesquisa e por fim as considerações finais.

1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL AO UNIVERSO DA PESQUISA

Neste capítulo teórico apresenta-se as Considerações Históricas e Legais da Educação Escolar Indígena no Brasil, dando seguimento com a Educação escolar indígena nos anos iniciais do ensino fundamental e apresentando a história da Terra Indígena e Aldeia Bacurizinho no município de Grajaú – MA

1.1 Considerações Históricas e Legais da Educação Escolar Indígena no Brasil

No Brasil a educação escolar para os povos indígenas se deu ao longo da história desta nação, passando pelos períodos: colonial imperial e chegando ao atual período republicano. Com o fim do controle educacional da Igreja Católica foram criadas legislações específicas a favor da educação pública favorecendo a população como um todo e, os alunos indígenas por meio de escolas criadas nas aldeias neste último século a fim de promover a educação básica aos povos originários.

Santos (2006) aponta que a educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos indígenas na qual é efetivada para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso aos conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuírem com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade fora do aldeamento.

Lopes e Carvalho (2010) dizem que essa denominação engloba também,

[...] os processos pelos quais uma sociedade internaliza em seus membros um modo próprio e específico de ser, que garanta sua sobrevivência e reprodução, ao longo de gerações, possibilitando que valores e atitudes considerados fundamentais sejam transmitidos e perpetuados (LOPES; CARVALHO, 2010, p.43).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) dentre outros documentos legais, a educação escolar indígena é garantida e também assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada específica e bilíngue.

Existindo uma diferença entre educação indígena e educação escolar dos índios, percebe-se que, com ou sem escolas nas aldeias a educação dos indígenas

acontece por meio dos pais, do sistema socialista tribal e das tradições. Mas, educação formal precisa de professor formado com uso de metodologias de ensino.

Abordar sobre a educação escolar indígena no Brasil é falar da diversidade dos povos, habitantes originários das terras denominados na atualidade como continente americano.

Ou seja, os indígenas foram inicialmente alfabetizados por professores padres jesuítas para serem inseridos na fé cristã.

Entre os séculos quinze e dezesseis não havia escolas, e nem interesse em promover educação escolar para todos. Mas, foi a Igreja Católica através da Companhia de Jesus com os padres da ordem dos Jesuítas que mudaram isso.

Ao longo deste período colonial entre o ano de mil e quinhentos e mil oitocentos e vinte e dois, as escolas eram espaços improvisados nos arraiais onde os padres jesuítas eram professores de indígenas para ensinar a ler e escrever com o objetivo de leva-los para a fé cristã. Completa Rodrigues (2014, p. 42):

O percurso histórico seguido pelos grupos indígena foi turbulento com conflitos, alianças, violências e conquistas. E compreender a conjuntura atual na qual estão inseridos os povos indígenas e a importância de uma educação escolar própria, que contemple suas respectivas características, é preciso conhecer essa trajetória histórica, desde o período colonial.

Ninguém pode negar que um dos interesses da Igreja Católica em educar os indígenas para se tornarem cristãos, era proteger estes nativos da violência do homem branco colonizador que criava conflitos. E, em meio a isso, essa forma de educação distanciava os indígenas de sua cultura.

No Período Colonial os conhecimentos indígenas foram silenciados e as escolas serviam de instrumento para justificar uma suposta dominação total em benefício de um projeto de “civilização”. De acordo com Silva (2015, p. 81), “[...] uma civilização detinha conhecimentos, organização e inovações tecnológicas o que lhes diferenciava dos estágios da selvageria e barbárie. Essas ideias baseadas no evolucionismo eram profundamente etnocêntricas”.

E, neste caso, o interesse já era preparar alunos para o mercado de trabalho, incluindo os indígenas com a criação de escolas nas aldeias. Mas, neste caso em específico a educação passa a ter características próprias.

Ou seja, a proposta curricular nas escolas indígenas é a mesma, porém com determinações legais para a preservação dos costumes e cultura indígena. E, desse

modo, se faz preciso que os professores sejam bilíngues, sabendo dar aulas em Português e na língua materna dos indígenas. Como os Guajajaras.

Historicamente, algumas conquistas já foram alcançadas no âmbito legal. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assegura as comunidades indígenas o respeito à diferença étnica, a sua proteção e valorização, significando que o órgão indigenista federal deve assumir uma nova feição. Sendo implantadas diretrizes e bases para uma Política Nacional de Educação Indígena (PNEI), elaborado pelo (BRASIL, MEC, 2012).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para orientar a Educação Básica, concebida pelo Conselho Nacional de Educação, que servem para orientar o planejamento curricular dos sistemas de ensino em geral. Um dos objetivos principais das diretrizes curriculares é buscar promover a igualdade da aprendizagem e assim garantir que os conteúdos básicos de ensino sejam ensinados a todos os alunos em geral sem distinção de cor, raça ou condição social, levando em consideração os contextos nos quais os alunos estão inseridos.

Explicito no Art. 210 §2º da Constituição Federal de 1988 que Art. 210 §2º “O ensino fundamental regular será ministrado em Língua portuguesa, asseguradas às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

Conforme está estabelecido na lei é direito dos alunos indígenas em escolas indígenas e não indígenas (que tenham alunos indígenas) terem professores bilíngue, para que sua cultura linguística seja fortalecida e consequentemente, respeitada.

De forma particular, “um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter à situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários” [...] (BNCC, 2018, p. 15).

Deste modo, a Base Nacional Comum Curricular ano 2018, deve contemplar currículos e materiais didáticos específicos para que os professores possam adequar sua atividade de ensino em escola indígena com as realidades culturais dos alunos em todo percurso nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O que se busca dentro da legislação da educação indígena no Brasil, é que a educação escolar nas aldeias não venha a se configurar prejuízo às tradições e culturas dos povos indígenas. Mas, benefício à qualidade de vida destes povos.

A Constituição Federal de 1988 é um verdadeiro marco divisor existencial para os povos indígenas no Brasil, bem como para todas as conquistas seguintes e subsequentes em todos os aspectos.

Daí, a própria Constituição Federal foi atualizada reconhecendo direitos à educação dos povos indígenas. Como lembra Grupion (2008, p. 36):

Sob a égide da nova Constituição, que se constitui um movimento por uma nova educação indígena no país, que é acompanhado pelo surgimento tais primeiras organizações de professores indígenas, pelo conhecimento legal de experiências de educação consideradas alternativas, pela promulgação de novas leis e normas, pela reorganização do Estado brasileiro para a oferta de programas educacionais em áreas indígenas e pela elaboração de uma política específica para a educação escolar indígena. É o momento em que se pode identificar um novo conjunto de ideias, de práticas e de pessoas atuando em torno da temática da educação escolar indígena no país, configurando um contexto próprio e específico em que emergirá o discurso da educação diferenciada.

Como fala Grupion (2008) acima, a década de oitenta foi marcada por mudanças mais significativas em termos de legislações para a educação escolar indígena no Brasil com diretrizes próprias. E, coube ao Ministério da Educação (MEC) inserir, dentro da sua estrutura, pessoas de diferentes áreas como antropólogos, indigenistas, linguistas, etc., e principalmente indígenas, para contribuir na elaboração das necessárias políticas públicas para a Educação Escolar Indígena. Além disso, é pertinente ressaltar que:

[...] esses atores, de origens institucionais diversas, mas basicamente oriundos de organizações não governamentais indígenas e indigenistas e grupos de pesquisa em universidades, serão responsáveis por mobilizar outros segmentos e atores em torno das propostas em construção dentro do MEC (GRUPIONI, 2008. p. 51).

O cumprimento do decreto transferiu da Fundação Nacional do Índio - FUNAI para o Ministério da Educação (MEC) a coordenação e responsabilidade de execução das ações de Educação Escolar Indígena conforme já mencionado. Sobre essa questão Grupion (2008) critica o fato da política pública instaurada a partir da Constituição correr o risco de passar de política pública para política de governo.

Cronologicamente, quanto aos documentos oficiais temos a publicação do decreto nº 26 publicado pelo então presidente alagoano Fernando Collor de Mello, em 1991, dispondo que:

Art. 1º Fica atribuída ao Ministério da Educação à competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e

modalidades de ensino, ouvida a FUNAI. Art. 2º As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação (BRASIL, 1991, p. 2487).

Prosseguindo cronologicamente com a citação e análise do ordenamento jurídico acerca da Educação Escolar Indígena no Brasil, temos o Decreto nº 6.861 de 24 de maio de 2009 que define a organização da Educação Escolar Indígena em território etno-educacionais e a Resolução nº 05/2012 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2009) responsável por instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e oficializar o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

Mais uma dentre as conquistas importantes na Constituição Federal de 1988 foi assegurar aos povos indígenas a utilização de suas línguas e processos próprios de aprendizagem no ensino básico (artigo 210, §2º), por meio da educação escolar indígena específica e diferenciada. Este enunciado constitucional abriu inúmeras possibilidades para que se desenvolvessem no Brasil experiências mais variadas e ricas em termos de projetos de escolas indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) dedica dois artigos às condições específicas da escola e educação indígena, definindo o seguinte nos Artigos 78 e 79:

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. [...]

§ 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996).

Criam-se, assim, as condições legais para a implantação da educação diferenciada e específica para os índios. Assegurando-os a inclusão de sua língua, sua cultura e dos seus saberes na grade curricular das escolas indígenas, lhes dando assim, o respeito à particularidade étnica e cultural dessas populações indígenas, pois reuni alunos e professores de uma mesma etnia para a execução e gestão deste projeto, com isso, a escola indígena passa a ser definida como diferenciada, específica, bilíngue e intercultural.

Assim, a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena, delegaram em comum acordo e em regime de colaboração com o MEC (Ministério da Educação), juntamente com os Estados e Municípios a implantação e garantia deste direito adquirido pelos povos indígenas.

À medida que houve expansão das cidades brasileiras, e, isso se deu, em especial, em meio ao processo de industrialização nas principais cidades brasileiras.

Em meio a tudo isso os indígenas passaram, em parte a se adaptar ao estilo de vida do homem branco nas cidades brasileiras. Pois, sempre existiu influência cultural devido às proximidades entre aldeias e centros urbanos.

No trajeto histórico brasileiro, o fim do chamado aldeamento marcou o início do respeito aos direitos dos indígenas em escolher como e onde querem viver. Santos (2020, p. 284) explica o contexto histórico da época:

[...] quase que meio século depois da extinção dos aldeamentos em 1850; tem início com a criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio em 1910 e tem-se como divisor desse período antes e depois do reconhecimento, o povo Fulniô – Águas Belas – PE, em 1926. A partir deles surgem novas reivindicações de reconhecimento ético. Os grupos que omitiam suas identidades, como estratégia de sobrevivência, passam a ser organizar politicamente buscando aliados que lhes auxiliassem na busca pelo reconhecimento de seus direitos.

Completando o que Santos (2020) diz em sua citação acima, a educação dos povos indígenas foi uma conquista destes povos indígenas vinculados aos avanços sociais e culturais ocorridos já no Período Republicano Brasileiro.

Mas, foi o século vinte o que mais ficou marcado pelas conquistas de direitos indígenas em se tratando de educação escolar nas próprias aldeias. Pois, neste tempo moderno houve grandes investimentos governamentais neste sentido.

Contudo, Barbalho (2019, p. 67) destaca que mesmo após alguns avanços nas duas últimas décadas, ainda não foi possível desvencilhar a Educação Escolar

Indígena “do aparelho ideológico do Estado seu viés autoritário colonial, patriarcal machista e monocultural” acarretando, pois, a cada dia a “diluição e pulverização das políticas de assistência e proteção aos indígenas”, dificultando o combate e desvalorização das condições de atendimento aos povos.

Um exemplo disto é que não existem uma fiscalização correta e eficiente do que ocorre nas escolas indígenas, às condições de trabalho dos professores é quase sempre algo precário. E, os direitos ao estudo dos indígenas ficam sendo violado por políticas de investimentos mínimos.

As mudanças sociais e culturais nas últimas décadas vêm exigindo de estudantes indígenas mais desempenho nas suas escolas, mais aproximação com tecnologias digitais, e preparação técnica par ao mercado de trabalho em um mundo globalizado e exigente.

E, tudo isso vem limitando o desenvolvimento intelectual com os estudos, o crescimento social, político e cultural dos alunos indígenas. Em meio a tudo isso, a educação escolar indígena vem ocorrendo com preocupação em preservar a cultura original destes povos, tanto em escolas da Terra Indígena Bacurizinho como em todo o Brasil por determinações de legislações brasileiras.

1.2 Educação escolar indígena nos anos iniciais do ensino fundamental

Na tentativa de tratar da educação indígena nos anos iniciais do ensino Fundamental em escolas indígenas carece, inicialmente, uma forma de interpretar a trajetória da legalização deste direito conquistado para os povos originários.

Como é apresentado a seguir, os povos indígenas do Brasil passaram pelo período imperial e chegou ao período republicano lutando para se adaptar as mudanças de vida impostas pela presença do homem branco, suas relações com os indígenas passaram a cobrar adaptação à cultura dos cristãos.

E, isso ocorreu por meio do entendimento de que os indígenas precisavam ser alfabetizados e, mesmo estudar até se formar numa faculdade para poder trabalhar com profissionalismo. Ou seja, mediante formação formal.

Mas, para que no início do século XX fosse possível ofertar o direito à educação escolar para os povos indígenas, o Governo Federal criou o órgão SPI para este ser encarregado e responsável em cumprir com o trabalho de proteção aos indígenas. Como o controle da educação escolar.

Posteriormente ao SPI – Serviço de Proteção ao Índio, surgiu a FUNAI – Fundação Nacional de Assistência ao Índio. Que, passou a ser encarregada de administrar a criação e o funcionamento de escolas em todas as aldeias dentro do território da Federação Brasileira.

Deste modo, tal contexto histórico é brevemente retratado pela citação de Santos (2020, p. 284):

[...] quase meio século depois da extinção dos aldeamentos em 1850; tem início com a criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio em 1910 e tem-se como divisor desse período antes e depois do reconhecimento, o povo Fulniô – Águas Belas, em 1926. A partir deles surgem novas reivindicações de conhecimento étnico. Os grupos que omitiam suas identidades, como estratégias de sobrevivência, passam a se organizar politicamente buscando aliados que lhes auxiliassem na busca pelo conhecimento de seus direitos.

Seguindo a informação de Santos (2020), observa-se que os indígenas precisavam de educação escolar para melhor se adaptar às realidades de vida do homem branco. Mas, para isso dar certo carecia leis específicas para proteção do estilo de vida indígena.

Daí, o processo de revisão bibliográfica dispôs imprescindivelmente a leitura de documentos oficiais: Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); A Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 1996), Parecer nº 14/1999, que dispôs a resolução 03/1999 que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para EEI (BRASIL, 1999) e o Referencial Curricular para as escolas Indígenas – RCNEI (BRASIL, 1988; 2005).

A mesma lei possui redimensionamento para a EEI em seus artigos 210, 215 e 242, os quais asseguram às comunidades a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem; o compromisso do Estado em proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras.

Diante do exposto, Grupioni (2008, p. 48) conclui que:

Foi desse modo, que nos anos 90, estabeleceram-se as condições objetivas para a elaboração e implementação de uma nova política pública par à educação indígena, balizada, no plano jurídico, pela promulgação do atual texto constitucional, que impôs a superação da perspectiva integracionista pelo reconhecimento da existência de comunidades étnicas e socialmente diferentes e, no plano administrativo, pela transferência da responsabilidade na condução da educação indígena do órgão indigenista federal para o Ministério da educação, e da consequente abertura que se seguiu com a criação de novas instâncias de representação política dentro do Estado Brasileiro.

Em outras palavras, o que ocorreu enquanto determinação da lei brasileira já na década de noventa para a educação escolar indígena no Brasil foi à determinação de que a educação escolar dos indígenas deveria ser diferenciada.

Ou seja, sua cultura e modos de vida deveriam ser respeitadas. Seguindo isso, Vieira (2015, p. 128) comenta que:

A inserção de matérias como identificação, que trabalha as crenças, os costumes e tradições indígenas, se une em uma proposta pedagógica única, elaborada pelos professores. Há execução de projetos que visam à interdisciplinaridade no formato de aula de campo, tendo como objetivo proporcionar um aprofundamento no conhecimento da geografia, história, artes, entre outras.

Sendo colocado acima que, a proposta de atuação pedagógica em escolas indígenas deve cumprir com o ensino das disciplinas curriculares como geografia, história e artes, mas, atendendo às necessidades específicas de preservação da cultura indígena. Ou seja, o professor deve se adaptar às novas necessidades.

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas indígenas, os métodos de ensino devem contemplar fatores específicos. Como é apresentado pelos autores Santos e Oliveira (2020, p. 4):

Jogos indígenas, aulas de artesanato, discussões sociopolíticas inerentes às demandas locais das aldeias, da etnia são atividades específicas sempre presentes na EI. “[...] a EEI concretiza-se por respeitar e considerar a realidade do aluno, sua história, seu cotidiano social e cultural como importante no processo de formação”.

Daí lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escola indígena requer métodos de ensino como a ludicidade e, formar de valorização da história e dos costumes indígenas, promover formação social e política para que os alunos possam entender melhor seu papel na sociedade como um todo.

1.3 História da Terra Indígena e Aldeia Bacurizinho no município de Grajaú – MA

A terra Indígena Bacurizinho (T.I) possui a área original demarcada e regularizada pelo Decreto 88.600, de 9 de agosto de 1983. A área total de 82.514,80 hectares passou por processo de revisão administrativa, tendo sido aprovada a redefinição de seus limites pelo relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) (fonte: www.mpf.mp.br).

As aldeias do município de Grajaú – MA como um todo sempre existiram antes mesmo da presença dos homens cristãos criadores de gado nestas terras. E, isso porque os indígenas Tenetehara vieram da parte litorânea seguindo o corredor de lugares com maiores recursos naturais no litoral maranhense até o Sul deste Estado fugindo das perseguições dos colonizadores já no Período Colonial até meados de 1889 quando houve a Proclamação da República Federativa do Brasil.

A Aldeia Bacurizinho assim chamada foi reconhecida legalmente depois de sua demarcação legal para abrigar etnias indígenas Guajajara/Tenetehara, Canelas e outras. Para Lima (2001) Isso ocorreu depois do conflito ‘A revolta do Alto Alegre do Maranhão’ no Povoado Alto Alegre no município de Barra do Corda do Maranhão em treze de março do ano de mil novecentos e um. Quando um convento que abrigava e educava crianças indígenas permitiu a mortalidade de dezenas destas crianças gerando um conflito armado dos familiares indígenas destas crianças.

Ou seja, depois deste lamentável evento, houve intervenção do poder público do Maranhão e as demarcações de terras tiveram um salto. Sendo legalmente demarcada a Terra Indígena Bacurizinho com suas aldeias internas menores.

Também em razão da busca por terras com mais recursos naturais como água, pois, em algumas aldeias distantes dos rios esse recurso estava ficando escasso para etnias indígenas desta região Centro sul do Maranhão.

O território da T.I Bacurizinho é banhada pelo Rio Mearim e sempre foi motivo de disputa por pecuaristas da frente colonizadora sertaneja e seus antigos moradores indígenas. Mas, foi no início do século vinte que isso passou a ser uma disputa legalmente solucionada a favor de seus verdadeiros donos: Os indígenas.

A história da Terra Indígena Bacurizinho se mescla com eventos culturais, sociais, conflitos armados entre indígenas e homem branco, decisões políticas nas demarcações mediante pressão de órgãos sociais e humanitários como ONGS e Igrejas favoráveis a essas demarcações como modo de colocar fim aos conflitos por terras férteis entre lideranças indígenas cacicada e descendentes de colonizadores.

A sensação do pertencimento e o orgulho de sua tradição é constantemente notada entre os Guajajara da Aldeia Bacurizinho. Em seus festejos como o do mel e o da menina moça (o moqueado) que é uma preservação de seus costumes e herança cultural milenar.

Se tratando da aldeia Bacurizinho, conforme dados do Ministério da Saúde é uma das 60 aldeias do Território Indígena (TI) com denominação harmônica (BRASIL, 2013). Geograficamente, o núcleo localiza-se a 20 km de Grajaú, município situado no centro sul do Maranhão, distante 566 km da capital, São Luís.

As escolas indígenas na aldeia Bacurizinho igualmente ao que ocorre nas demais escolas indígenas de outras aldeias das cidades brasileiras, refletem uma conquista democrática destes povos Tenetehara/Guajajara.

Nas escolas dentro das aldeias os alunos são preparados para ter convívio e saberes mais consciente do mercado de trabalho, se fazem mais bem preparados para entender como funciona sua cidadania em termos de direitos e deveres cívicos. Eles são educados para lidar com a vida além de suas aldeias.

A formação dada nas escolas oferece mais ciência dos direitos conquistados na Constituição de 1988 que representam a ruptura com a “assimilação, integração, incorporação ou provisoriade da condição de indígena e, em consequência, das terras por eles ocupadas” (FILHO; BERGOLD, 2013, p. 15), ou seja, os indígenas conquistaram uma relativa autonomia, no entanto seus territórios continuam a ser invadidos, e a partir deste período a relação mantida com o Estado brasileiro tem uma nova perspectiva.

Observa-se, pela citação acima que, é por meio da educação que os indígenas e suas lideranças podem defender, de forma mais democrática e objetiva os direitos conquistados por etnias indígenas tanto nas aldeias da Terra Indígena Bacurizinho em Grajaú – MA, como em todas demais cidades brasileiras.

Se tratando dos professores das escolas indígenas da Aldeia Bacurizinho e seus modos de trabalho, registra-se que eram os próprios caciques, mas, estes tentavam dar aulas sem uma adequada formação para isto. Eles eram educadores improvisados por causa da falta de professores com formação superior em Pedagogia.

Com o tempo a Secretaria de Educação, juntamente com a Funai passaram a contratar professores cristão brancos para ocupar estas vagas de professor. Mas, mesmo estes sabendo dar aulas de forma correta, mas, não conseguiam ser professores bilíngues. Uma vez que, na Constituição Federal do Brasil consta que:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado suspensão e exigibilidade de parcelas (BRASIL, 1988).

Ficando esclarecido que existe uma base legal e constitucional que determina a parceria entre órgãos competentes para, como aqui referido, a questão de atuação entre secretaria de educação e a Funai para assegurar o pleno exercício pedagógico em escolas indígenas. Elencado também no Art. 210 e § 2º, diz que:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988).

De acordo com Constituição Federal Brasileira no Artigo citado é relevante dizer que essa é esperança dos povos originários para os professores, dando assim a efetivação da lei nos diversos espaços escolares das comunidades indígenas e assegurando a preservação da língua materna.

Atualmente na T.I os professores com ou sem formação superior, além de ter uma forma de trabalho pedagógico com uso de recursos como ludicidade, didáticas de ensino expositivo e participativo, eles prezam por ensinar a história dos povos indígenas no Brasil, a importância de se preservar essa cultura por ser esta parte do acervo cultural brasileiro.

Também faz parte do modo de trabalho dos professores indígenas, a educação para preparar os alunos para o ingresso à faculdade em algum tempo futuro como forma de preparar os futuros professores com formação superior em Pedagogia e outras licenciaturas. Segundo Pereira (2018, p. 44):

Trabalhar diretamente com pessoas exige equilíbrio e empatia. São ideias diferentes, realidades variadas e potencialidades distintas. Unir todas as especificidades em prol de um objeto comum é o grande desafio, mas é o grande diferencial do gestor escolar que unicamente garante o funcionamento da escola, daquele que impulsiona para a excelência.

Percebe-se ainda que, o modo de trabalho dos professores indígenas sob sua direção escolar inclui ter a escola com funções de educar e promover a formação integral dos alunos, dividir responsabilidades em dificuldades de aprendizado dos alunos com os pais destes alunos para que os deveres de casa sejam feitos. Pois, isto é regra dentro do sistema de ensino brasileiro.

As principais dificuldades enfrentadas pelos professores nas escolas da Terra Indígena inicialmente já partem da estrutura física da Escola, quase todas elas

estão precisando de reformas estruturais e mais espaços cobertos para as atividades de recreação e esportiva, com piso liso e ventilação.

Há muitos desafios a serem superados nas escolas Indígenas para que sejam realmente assegurado a educação para todos, desde a regularidade do transporte escolar regular, pois, muitos alunos em suas aldeias precisam caminhar muito para chegar à escola e, isso é desanimador; a falta de merenda escolar e outros desafios que esperamos serem vencidos, todavia, evidenciamos também que há uma necessidade urgente nas Escolas da TI Bacurizinho uma equipe pedagógica para lidar com as dificuldades de aprendizado das crianças indígenas sendo este uma tônica maior dos desafios que as escolas indígenas na Terra Indígena Bacurizinho precisam enfrentar.

De acordo com Cavalcanti (2003, p. 22), “concebe-se a escola não com lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço em tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo”. No caso da escola indígena, o sistema escolar indígena segue os mesmos padrões da sociedade brasileira, sendo as escolas legalizadas nas ladeias, os professores contratados para ministrar as aulas, os critérios de aprovação estabelecidos pela secretaria de educação.

Honorato (2012) aponta que democratizar as atividades pedagógicas na escola significa aproximar sua comunidade escolar nas decisões que afetam os alunos. Assim, os pais dos alunos são convidados para reuniões e podem opinar sobre o que acham melhor nas decisões da diretoria da escola.

Tanto no que diz respeito à questão de métodos de ensino como também para se saber o que seja função social e política da escola na preparação de alunos capazes de aprender por conta própria, e, poder dar um salto na sua qualidade de vida enquanto cidadão e enquanto trabalhador potencialmente capaz.

Barbalho (2013) a escola assume uma postura de respeito as suas próprias especificidades e dos demais, indígenas ou não.

O que se entende com a fala de Barbalho (2013) acima é que o espaço escolar e local de democratização do saber e de respeito ao próximo. então. faz-se preciso um controle técnico de como as escolas devem ser geridas, como, por exemplo, as escolas indígenas na Terra Indígena Bacurizinho de Grajaú – MA para que cumpram sua missão de promover sabedoria, cultura e cidadania aos alunos.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ – MA

O percurso metodológico adotado durante a pesquisa inicialmente se deu pela pesquisa bibliográfica e em seguida a pesquisa de campo e observação in loco pautada no caráter exploratório seguido de uma dimensão qualitativa.

Nessa ótica, Minayo (2004, p. 43) defende que:

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. A amostragem deve possibilitar abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. [...] Pesquisa de campo é o recorte feito pelo pesquisador em termos de espaço, que representa uma realidade empírica a ser estudada com base nas concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação. Na pesquisa social, esse espaço é o lugar primordial da dinâmica de interpretação social.

O cenário da pesquisa é uma Escola Indígena localizada na Terra Indígena Bacurizinho Grajaú – MA. É válido por em evidência que o município de Grajaú, desde sua fundação tem convivido com os indígenas no processo de crescimento urbano e rural, haja vista que desde fundado já habitavam nessa terra os estes povos originários.

Atualmente ainda apresenta uma densa população indígena, distribuídos em todo território, com aldeias próximas e distantes da cidade.

A Escola Indígena Raimundo Lopes foi criada na década de oitenta para atender a alunos indígenas na Educação Infantil e Ensino fundamental buscando preparar estes para uma vida escolar até a universidade.

A escola indígena Raimundo Lopes da aldeia T. I. Bacurizinho conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Grajaú – MA através de sua Secretaria Municipal de Educação que fornecem alguns materiais didáticos, promove acompanhamento pedagógico, e contrata professores para a educação infantil.

A escola assume um papel de elo entre as diversas culturas, dos variados grupos étnicos, aqueles que constituem o passado e os que integram presente, ao mesmo tempo em que permite ao aluno indígena adquirir conhecimentos tradicionais e científicos (CANDAU, 2016, p. 802).

Com efeito, a escola indígena é lugar de promover educação e formação dos alunos indígenas, tornando-os mais cientes.

Figura 1: Imagem frontal da Escola Indígena Raimundo Lopes localizada na Terra Indígena Bacurizinho Grajaú - MA



Fonte: Arquivo pessoal do Pesquisador (2023)

Os sujeitos da pesquisa foram três professores indígenas bilíngues e residentes na própria comunidade.

O critério de escolha destes professores se deu por fazerem parte do quadro de professores da escola lócus da pesquisa, além de terem mostrado interesse em responder as perguntas da entrevista, por questões éticas e para assegurar a legitimidade da pesquisa os sujeitos serão denominados: Professor 1 (P1) Professor 2 (P2) e Professor 3 (P3).

O instrumento utilizado para realizar a coleta de dados se deu a partir de roteiro de entrevista pré-elaborado com questões abertas com o intuito de responder os objetivos propostos na pesquisa.

Todos os dados coletados foram atenciosamente transcritos obedecendo fielmente as respostas dadas pelos entrevistados. E assim, analisados de forma crítica e reflexiva na busca de alcance dos objetivos propostos.

2.1 Resultados e discussões

Ciente de que a educação escolar nas aldeias segue princípios técnicos idênticos à educação escolar não indígena, mas, com alguns diferenciais voltados à preservação da cultura e costumes dos povos originários, no tangente à questão da política educacional para os povos indígenas, bem como faz-se necessário identificar as realidades de atuação pedagógicas dos professores indígenas.

Buscamos a Identificação dos sujeitos entrevistados na intenção de identificar quem são esses sujeitos evidenciando nesta pesquisa, todos os sujeitos entrevistados são indígenas de etnia Guajajara, nascidos em Grajaú- MA, todos residem em aldeias localizadas na Terra Indígena Bacurizinho,

Dos sujeitos que participaram desta pesquisa, P1 e P2 são do sexo feminino e P3 e P4 são do sexo masculino, todos estão na faixa etária de 25 a 35 anos de idade. e quanto a formação superior, todos estão cursando Licenciatura em Pedagogia, mas têm domínio sobre o ensino da língua materna Tenetehara/Guajajara.

Diante deste fato, percebemos que os professores entrevistados que a procura por profissionalização e ensino superior pelos professores indígenas não está intrinsecamente relacionada à questão gênero ou idade, mas sim com a necessidade de uma educação que atenda as especificidades da educação nas comunidades indígenas.

A primeira pergunta aberta direcionada aos professores: Sobre a importância de trabalhar como professor na educação infantil na escola da aldeia, para você é algo que lhe motiva? Você gosta do seu trabalho?

Sim, porque eu busco a minha contribuição na minha comunidade para formação de nossos jovens. (P1).

Como oportunidade de trabalhar na própria comunidade foi uma opção. E sim, gosto e, estou cada vez mais adaptado. (P2).

Como algo que me motiva sim, porque estou sempre estudando na faculdade e em casa para preparar as aulas (P3).

Conforme as falas dos professores se percebe que têm satisfação em contribuir com a formação das crianças de sua etnia o que enraíza a preservação de sua cultura e costumes nas crianças a partir da educação infantil.

Entre as fontes de conhecimento estão “a própria experiência vivida e os saberes científicos que podem ser adquiridos de diferentes maneiras, mas desde que haja um olhar crítico sobre tudo que escrito e lido” (AMORIM, 2015, p. 19).

A pergunta seguinte se deu em relação ao ensino bilíngue, buscando saber: como acontece as aulas considerando o que determina a legislação que o ensino deva ser ofertado nas comunidades indígenas na língua portuguesa e também na língua materna, e como acontece?

São usadas duas línguas que são de extrema importância para o desenvolvimento dos nossos alunos, o uso das duas línguas é fundamental para que aprendam o uso na escrita, tanto na oralidade (P1).

No início quando as escolas eram construídas eram os caciques que davam aulas e era só em tupi. Mas, com o tempo passou a ter professores cristãos e era só em na Língua português, mas, agora as aulas são nas duas Línguas. E sim, é muito importante para elas se prepararem para estudar na cidade (P2).

Sempre elas têm sim, porque é o que é ensinado como o correto na faculdade UFMA quando estou tendo aulas de licenciatura em Pedagogia. E é muito importante porque serve para preservação da linguagem e, para que as crianças cresçam se preparando para o estudo na cidade e, depois o ingresso em faculdade (P3).

Observa-se que, nesta resposta o entrevistado reconhece a importância de aulas bilíngues P1), relata que nem sempre as aulas eram bilíngues, mas, que demonstra que isso é o correto, conforme P2, aprender nas duas línguas ajuda a preparar os alunos para o futuro escolar e para valorização de sua cultura e P3 , vai além pois afirma a importância do ensino bilíngue iniciando na educação infantil como parte de um processo de afirmação dos valores culturais e linguísticos das crianças que vão lhes acompanhar até o ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394/96, reafirma e entende o indígena como sujeito de direitos. No artigo 78, por exemplo, o direito a uma educação diferenciada é reforçado ao reforçar o direito à diversidade cultural:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas [...] (BRASIL, 1996).

Maher (2006, p. 49) diz que “a escola indígena tem um papel importante na valorização das línguas indígenas ao possibilitar a escrita dessas línguas (até então ágrafas) e criar novos contextos de uso”. Nessa perspectiva a construção da identidade indígena perpassa pelo fortalecimento da língua materna, sendo uma das vertentes para a consolidação da identidade.

Seguimos com a entrevista e perguntamos: No seu modo de entender as coisas, ensinar as crianças indígenas na sala de aula sobre sua origem histórica e os costumes que fazem parte da cultura indígena é algo importante? Por quê?

São importantes para manter a nossa originalidade, e, fortalecendo a nossa cultura, costumes, tradições e outros (P1).

Acho que sim, porque deste modo, nossa cultura preservada nos tempos atuais é melhor aceita pelos alunos da aldeia (P2).

Nas aulas de História é o correto, antes de tudo porque assim, elas aprendem sobre nossas origens e passa a valorizar a cultura dos nossos antepassados que, tentamos preservar na aldeia (P3).

Entendendo que o ensino na língua materna dos Guajajara é o modo de preservar esta cultura indígena. (P1). Foi uma boa resposta, o professor demonstra com sua resposta que a cultura indígena deve sim ser preservada (P2). Este professor entrevistado lembrou de suas aulas de história. Quando ele diferencia as aulas para alunos indígenas tratando da nossa história (P3).

A valorização dos conhecimentos tradicionais de um determinado grupo é muito importante, conforme Munduruku (2000), o princípio autêntico da escola não deve ser de simplesmente ensinar as crianças, mas, fortalecer os ensinamentos educacionais que devem partir das famílias. É na escola que o aluno começa a fortalecer seus sonhos e suas metas de vida, conforme as necessidades dos dias atuais

Já questionando os professores indígenas acerca dos recursos materiais que eles utilizam para ministrar as aulas: Fale um pouco sobre suas atividades de ensino, o material didático e os recursos didáticos como a ludicidade.

Na nossa comunidade, como eu trabalho no Ensino Fundamental maior, não temos os materiais específicos, mas, utilizo as cartilhas indígenas (P1).

O material de ensino é cadernos e cartilha, mas, livros para todos os alunos nunca teve. E, a ludicidade chega a ter uso obrigatório (P2).

Nas atividades de ensino utilizo o básico mesmo, meu livro e cartilha para as crianças, elas copiam tudo e eu respondo as perguntas depois utilizo aulas lúdicas para aumentar o interesse pela escola (P3).

Isto demonstra que tem faltado materiais didáticos apropriados para os alunos indígenas (P1). Vê-se que, assim como foi com outros entrevistados, falta na Escola Indígena Bacurizinho materiais didáticos corretos (P2). Ele disse que em suas aulas utiliza o material didático mais básico possível por falta de recursos (P3). Pelo que foi investigado em campo, cartilhas indígenas utilizadas valorizam a cultura indígena, quer seja nas aulas de História ou nas aulas de Arte.

Mas, na questão abaixo tratando sobre a importância da escola indígena que possa preparar as crianças para estudar até sua chegada à universidade: Na sua

concepção, a educação escolar dentro da aldeia é algo importante para favorecer as crianças e podem seguir nos estudos até chegar à universidade? Justifique.

Sim objetivo de toda comunidade é que as futuras gerações ingressem em uma universidade e que, após a sua formação possam voltar a sua comunidade para trabalhar em prol do seu povo (P1).

Nestes últimos anos toda comunidade passou a ter uma ideia de que a escola deve preparar as crianças para poderem estudar na cidade e, chegar à universidade para viver melhor. Por isso, a escola na aldeia é fundamental (P2).

Por minha concepção, é somente depois de um processo de alfabetização e os estudos seguintes no fim do Ensino Fundamental e conclusão do Ensino Médio que os alunos se fazem preparados para o ingresso na faculdade (P3).

Foi uma boa resposta pois, o entrevistado entendeu a importância do ensino na aldeia para favorecer os alunos na vida escolar futura (P1). Todos os entrevistados, assim, como este atual, percebem a importância da educação básica na preparação dos alunos indígenas que deve preparar estes para um futuro ingresso à faculdade. (P2). Mais uma vez a resposta para esta pergunta foi sim. Ou seja, uma das funções da escola na aldeia é preparar os alunos indígenas para chegar a ter cursos de nível superior (P3).

Dando seguimento, é questionado sobre a importância de um professor indígena ter formação superior: O que você pensa sobre a importância de se ter professores com formação em docência nas escolas indígenas? Isso é importante para manter um ensino escolar de boa qualidade?

A formação é muito importante para a qualificação, assim, através dessa formação vão ter mais conhecimentos e uma boa qualidade de ensino. E, que toda formação contínua é importante para todos os professores (P1).

Toda nossa comunidade pode falar de melhorias na forma de ensino com mais domínio de pedagogia e, que isso ajuda muito a melhorar o processo nas escolas (P2).

O que estamos vivendo atualmente prova que os professores docentes são mais bem preparados para promover educação de melhor qualidade. Isso é um fato (P3).

Conforme a fala dos professores podemos perceber que têm consciência da importância da formação superior o que remete a fala de Cavalcante (2003), que há uma grande vontade dos educadores indígenas em fazer de suas escolas e de seus processos pedagógicos um meio formador que possibilite expressar a diversidade e

pluralidade de suas culturas. Perceber o modo de formação indígena que é advindo das relações com o meio em que vive torna-se um desafio. Nesse sentido, é possível afirmar que o professor, através de sua prática pedagógica, pode proporcionar o acesso aos saberes específicos da cultura e aos saberes universais.

Na última questão sobre apoio que os professores indígenas possam receber para ter formação continuada: Os professores indígenas nas escolas das aldeias têm tido apoio para adquirir formação superior e se fazer um profissional em sala de aula?

Apenas é possível responder que sim, somos informados pelos caciques e pela Secretaria Municipal de Educação que existe inscrição como política afirmativa com vagas para indígenas adquirir formação em docência. Isso é um incentivo muito forte (P1).

Sabemos que sim pois, as políticas de vagas nas faculdades para alunos indígenas que completam o Ensino Médio e os quilombolas é o cumprimento da Lei de Cotas (P2).

afirmo que sim, todo apoio para mirar a faculdade e terminar o Ensino Médio em Grajaú por causa da política afirmativa e cotas de vagas para indígenas em curso superior de licenciatura como modo de formação em docência (P3).

De acordo com os entrevistados as lideranças indígenas e a Secretaria Municipal de Educação do município de Grajaú, divulgam os editais e oportunidades de ingresso nos cursos de graduação e formação continuada ofertada pelas instituições IFMA, UEMA E UFMA, dando-lhes assim, a oportunidade de cursar uma graduação para se qualificarem de modo que os espaços pedagógicos sejam ocupados por professores indígenas o que favorecem ainda mais a afirmação da preservação da língua materna e seus costumes, em conformidade com Vieira (2015, p. 128) ao afirmar que “A inserção de matérias como identificação, que trabalha as crenças, os costumes e tradições indígenas, se une a uma proposta pedagógica única”

Todos os três professores da T. I. Bacurizinho foram rápidos e honestos em suas respostas. Cabe, por fim, reconhecer que realizar as entrevistas como pesquisa de campo foi muito importante para aumentar as experiências pedagógicas acerca de como se dá a atuação dos professores em escola indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto consideração final deste trabalho apresenta-se que todo estudo feito sobre a educação escolar indígena nos anos iniciais do ensino Fundamental em unidade escolar na T. I. Bacurizinho foi de muita importância para alcançar aprendizagens técnica/pedagógica no estudo teórico e de importância social e pedagógica na investigação com entrevistas a três professores indígenas.

O levantamento bibliográfico foi escolhido em razão da importância de investigar a origem da educação indígena no Brasil, os aspectos legais e os avanços democráticos com a criação de escolas nas aldeias para atender às demandas educacionais de alunos indígenas.

Mas, também foi apresentado como a educação indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve ser desenvolvida nas aldeias, ou seja, a importância de aulas com professores bilíngues para preservar a cultura linguística dos alunos indígenas e, preparar estes para serem alunos na cidade até chegarem à faculdade.

Já sobre os objetivos geral e específicos, estes foram atendidos por meio de todo o estudo teórico do presente trabalho, visando o entendimento da trajetória e aspectos da educação escolar indígena que deve respeitar a cultura indígena dentro das escolas e a pesquisa de campo trouxe elementos significantes que nos favoreceu atingir os objetivos da pesquisa inicial.

A escolha do tema foi boa e, todo o aprendizado nas investigações puderam aumentar conhecimentos e melhorar a formação docente visando melhorar a capacidade de trabalho em sala de aula de escola na aldeia.

Por fim, a soma da pesquisa teórica e da pesquisa de campo me ajudou muito em termos de melhor entendimento sobre o que seja o trabalho pedagógico nas escola indígena. E, isso poderá me ser muito útil futuramente como professor.

A partir deste trabalho, novas pesquisas poderão ser desenvolvidas no âmbito da educação escolar indígena, em todos os níveis de ensino, pois somente assim, poderemos trazer para as discussões as problemáticas e as possíveis soluções que emergem na educação escolar indígena nas comunidades indígenas, partindo do pressuposto de que a educação indígena e a educação tradicional são uma só neste contexto social.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Márcia da Silva Damasceno. **Índio do livro didático: uma imagem que não reflete o povo Koiupanká**. Trabalho de conclusão de curso. Palmeira dos Índios: UNEAL, 2015.
- BARBALHO, José Ivamilson Silva. A Descolonização da Educação Escolar Indígena em Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio L. da (Org.). **Índios de Alagoas: terra, educação e política**. v. XIX, Maceió: CBA, 2019.
- BARBALHO, José Ivamilson Silva. **Discurso como prática de transformação social: o político e o pedagógico na educação intercultural Pankará**. 583 p. 2013. (Tese) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco Recife.
- BRASIL – Ministério da Educação **Decreto nº 26**, de 04 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a educação Indígena no Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 05 fev. 1991.
- _____, Ministério da Educação. Palácio do Planalto – Casa Civil. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em 20 de nov. 2023.
- _____. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro gráfico, 1988. http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_05.10.1988/art_205.asp Acesso em: 08 nov. 2023.
- _____,. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.
- _____,. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- _____,. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. In: Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, Brasília, 2012.
- _____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cartografia dos Fatores Intervenientes da Mortalidade materna, Fetal e Infantil no distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e dos itinerários de Produção de Saúde nas Áreas Indígenas. São Luis, 2013.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Caderno de Pesquisa online**. vol. 46, n. 161, p. 802-820, 2016.

- CAVALCANTE, Lucíola I. P. **Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia**. Rev. Bras. Educação, Rio de Janeiro, n. 22. p. 14-24, jan./fev./mar./abr., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023
- FILHO, C. F. M. S.; BERGOLD, R. C. **Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios do século XXI**. Curitiba: Letras da lei, 2013.
- FONSECA, Joao José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, E.; MELLO, F. **Educação Indígena**. Curitiba, 2009.
- HONORATO, Hercules Guimarães. **O gestor escolar e suas competências: a liderança em discussão**. 2012. disponível em: http://www.anpae.org.br/liberoamericano2012/Trabalhos/HerculesGuimarãesHonora o_res_int_GT . Acesso em 15 fev. de 2023.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIMA, Antônio Carlos Gomes. Reportagem sobre O Massacre do Alto Alegre, 1901-2001". O Estado do Maranhão". São Luís - MA, 2001. Disponível em <https://www.turmadabarra.com/histo2.htm>. Acesso em 20 de nov. 2023.
- MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
- GRUPIONI, L. D. B. **Olhar longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil**. 2008, 240f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MUNDURUKU, D. **O Banquete dos Deuses**. São Paulo: Angra, 2000.
- PEREIRA, Larissa Machado. Os desafios da gestão escolar: exercício de limpeza para a condução do trabalho em equipe. 2018. 54 f. TCC (Especialização) – Curso de especialização em gestão em supervisão escolar: desafios do trabalho coletivo na escola, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

RODRIGUES, I, C. et al. **O ensino e história da educação escolar indígena – legislação e diretrizes curriculares no paraná**. Campo Morão: Isabel XIV encontro regional de história, 2014.

SANTOS, G. Luciano dos. **O  ndio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Educa  o, Secretaria de Educa  o Continuada, Alfabetiza  o e Diversidade LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Inalda Maria dos. OLIVEIRA, Allyne Jaciara Alves Rios. (2020). O Direito   Educa  o Escolar Indígena e a saga do Povo Koiupank  : “A resistência de uma escola ‘que não existe’”. V. 6 n   9. **Brazilian Journals Development**. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16400>. Acesso em 15 fev. de 2023.

SILVA, Francisco João da. **Forma  o e delimita  o territorial das aldeias Koiupank  **. Trabalho de Conclusão de Curso. Palmeiras dos  ndios: UNEAL, 2015.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos Indígenas**. Maceió: CESMAC, 2015.

APENDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FOLHA DE SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu **Moisés Filho de Sousa Guajajara** acadêmico do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA por meio deste instrumental de entrevista semiestruturado venho, *mui* respeitosamente lhe solicitar participação neste meu trabalho de pesquisa de campo intitulada: **“Educação Escolar Indígena nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Aldeia Bacurizinho em Grajaú – MA”**, requisito obrigatório para a conclusão do referido curso. Bastando responder as questões abaixo descritas de acordo com suas opiniões pessoais.

Sim, eu _____ li atentamente do que se trata esta entrevista e, conscientemente aceito participar deste trabalho acadêmico de campo respondendo as questões.

De já muito obrigada pela atenção

Atenciosamente,

Acadêmico _____

**TEMA DA PESQUISA: A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA NA ALDEIA BACURIZINHO EM
GRAJAÚ – MA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Nome (opcional) _____
- ✓ Idade _____
- ✓ Etnia _____
- ✓ Formação: _____
- ✓ Você é professor (a) concursado (a) ou efetivo (a): _____
- ✓ Exerce a docência há quanto anos: _____
- ✓ Há quanto tempo você leciona nesta escola atual: _____

QUESTÕES ESPECÍFICAS:

1. Sobre a importância de trabalhar com algo que o motive todos os dias. Você gosta do seu trabalho?
2. As crianças indígenas têm aulas nas duas línguas: Portuguesa e Língua materna dos Guajajara? E, isso é importante? Por quê?
3. No seu modo de entender as coisas, ensinar as crianças indígenas na sala de aula sobre sua origem histórica e os costumes que fazem parte da cultura indígena são importantes? Por quê?
4. Fale um pouco sobre suas atividades de ensino, o material didático e recursos didáticos de ensino como a ludicidade.
5. Na sua concepção, a educação escolar dentro da aldeia é algo importante para favorecer as crianças a poderem seguir nos estudos até chegar à universidade? Justifique.
6. Os professores indígenas nas escolas de aldeia têm tido apoio para adquirir formação superior e ser um profissional em sala de aula? De quem?